



Operador Nacional
do Sistema Elétrico

Demonstrações Financeiras 2023

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zugarato, Cristiano Vieira Da Silva, Elisa Bastos Silva, Marcio Kennedy De Almeida, Marcelo Prais e William Manoel Souza.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código 47A7-754E-18BF-CF3E.

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zugarato, Cristiano Vieira Da Silva, Elisa Bastos Silva, Marcio Kennedy De Almeida, Marcelo Prais e William Manoel Souza.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código 47A7-754E-18BF-CF3E.

Demonstrações Financeiras

Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS

31 de dezembro de 2023

com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras



Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras



Balço patrimonial



Demonstração dos resultados



Demonstração dos resultados abrangentes



Demonstração das mutações do patrimônio líquido



Demonstração dos fluxos de caixa



Notas Explicativas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso,

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC RJ-094644/O

Balanço patrimonial

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.780	34.661
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	6	74.540	68.016
(-) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa	6	(2.021)	(1.652)
Contribuição dos membros associados	7	133	600
Impostos e contribuições a recuperar	8	15.001	17.981
Adiantamento de férias e 13º salário	16	2.333	2.154
Despesas antecipadas	24	25.434	21.622
Adiantamentos a fornecedores	11.2	1.038	1.038
Outros créditos		598	898
Total do ativo circulante		163.836	145.318
Não circulante			
Tributos diferidos	9	41.328	33.467
Impostos e contribuições a recuperar	8	185	178
Despesas antecipadas	24	18.788	24.256
Depósitos judiciais e cauções		4.490	4.255
Imobilizado	10	424.131	468.488
Intangível	12	86.263	74.403
Adiantamentos a fornecedores	11.2	7.051	8.090
Total do ativo não circulante		582.236	613.137
Total do ativo		746.072	758.455

Balanço patrimonial

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		19.331	24.735
Salários e encargos sociais	13	21.628	19.927
Obrigações trabalhistas	16	74.163	72.108
Tributos e contribuições sociais	14	12.068	11.246
Instrumentos financeiros derivativos	25.1	971	173
Arrendamentos	11	27.649	26.276
Caução em garantia		-	422
Previdência privada complementar	15	2.610	2.380
Outras obrigações		1.904	244
Total do passivo circulante		160.324	157.511
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos		77	136
Arrendamentos	11.1	361.333	394.353
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	35.957	39.395
Total do passivo não circulante		397.367	433.884
Patrimônio líquido			
Fundo de reserva		189.072	167.264
Ajuste de avaliação patrimonial		(691)	(204)
Total do patrimônio líquido		188.381	167.060
Total do passivo e do patrimônio líquido		746.072	758.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	18	719.349	638.894
Despesas de operação do sistema	19	(682.574)	(611.318)
Outras receitas		8.977	699
Resultado operacional		45.752	28.275
Resultado financeiro	20	(18.402)	(20.353)
Superávit antes do imposto de renda e contribuição social		27.350	7.922
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(13.152)	(8.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	7.610	661
Superávit (déficit) do exercício		21.808	(58)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

	31/12/2023	31/12/2022
Superávit (déficit) do exercício	21.808	(58)
Hedge de fluxo de caixa	(738)	(2.173)
Efeitos tributários	251	739
Total de outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos	(487)	(1.434)
Outros resultados abrangentes do exercício	21.321	(1.492)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Fundo de reserva	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	167.322	1.230	168.552
Déficit do exercício	(58)	-	(58)
Instrumentos financeiros derivativos - hedge de fluxo de caixa	-	(1.434)	(1.434)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	167.264	(204)	167.060
Superávit do exercício	21.808	-	21.808
Instrumentos financeiros derivativos - hedge de fluxo de caixa	-	(487)	(487)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	189.072	(691)	188.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Superávit (déficit) do exercício	21.808	(58)
Ajustes por:		
Constituição de IR e CS diferidos, líquida	(7.610)	(661)
Depreciação e amortização	62.940	57.919
Juros sobre arrendamentos	23.618	25.297
Constituição e atualização das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	(732)	1.324
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	420	513
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	119	-
	100.563	84.334
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	(6.524)	(948)
Contribuição dos membros associados	418	(510)
Impostos e contribuições a recuperar	2.973	4.335
Adiantamento de férias e 13º Salário	(179)	265
Almoxarifado operacional	18	32
Despesas antecipadas	1.656	(15.663)
Depósitos judiciais e cauções	(235)	1.410
Adiantamento a fornecedores	1.039	1.038
Outros créditos	282	(48)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(5.404)	(7.667)
Salários e encargos sociais	1.701	2.051
Tributos e contribuições sociais	822	(641)
Obrigações trabalhistas	2.285	7.877
Cauções em garantia	(422)	(460)
Pagamentos de provisão para riscos trabalhistas	(2.706)	(2.129)
Outras obrigações	1.660	(27)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	97.947	73.249
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recurso proveniente de alienação de ativos imobilizados	-	36
Aquisições de ativo imobilizado	(12.434)	(9.735)
Aquisições de ativo intangível	(24.709)	(19.686)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(37.143)	(29.385)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos dos arrendamentos	(48.685)	(46.998)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(48.685)	(46.998)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	12.119	(3.134)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	34.661	37.795
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46.780	34.661
Transações que não afetaram o caixa		
CPC 06 (R2) – Direito de uso do ativo	6.581	52.505
CPC 06 (R2) – Passivo de arrendamento	(6.581)	(52.505)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

1. Contexto operacional
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contábeis
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
5. Caixa e equivalente de caixa
6. Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão
7. Contribuição dos membros associados
8. Impostos e contribuições sociais a recuperar
9. Tributos diferidos
10. Imobilizado
11. Ativos e passivos de arrendamento
12. Intangível
13. Salários e encargos sociais
14. Tributos e contribuições sociais
15. Plano de previdência complementar
16. Obrigações trabalhistas
17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios
18. Receita líquida
19. Despesas de operação do sistema
20. Resultado financeiro
21. Imposto de renda e contribuição social
22. Seguros
23. Remuneração dos administradores
24. Despesas antecipadas
25. Instrumentos financeiros

1. Contexto operacional

O Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS (“ONS” ou “Entidade”), com sede no Setor de Indústrias e Abastecimento - Área de Serviços Públicos - Lote A, Brasília - DF e Escritório Central à Rua Júlio do Carmo, 251 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ, é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos, instituída pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, autorizado a executar suas atividades por meio do Decreto nº 5.081, de 14 de maio de 2004, sendo regido pelas disposições legais e regulamentares, estatuto social e demais atos normativos expedidos pelos órgãos de administração.

Nos termos do estatuto social, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em 12 de agosto de 2004, por meio da Resolução Autorizativa nº 328, alterada pela Resolução nº 1.888, de 22 de abril de 2009 e Resolução nº 8.652, de 10 de março de 2020, o ONS, com prazo de duração indeterminado, tem por objetivo executar as atividades de coordenação e controle da operação, da geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), sob a fiscalização e regulação da ANEEL, com vistas a:

- ▶ Promover a otimização da operação do sistema eletroenergético, visando o menor custo para o sistema, observados os padrões técnicos e os critérios de confiabilidade estabelecidos nos Procedimentos de Rede aprovados pela ANEEL.
- ▶ Garantir que todos os agentes do setor elétrico tenham acesso à rede de transmissão de forma não discriminatória.
- ▶ Contribuir, de acordo com a natureza de suas atividades, para que a expansão do SIN se faça ao menor custo e vise às melhores condições operacionais futuras.

São atribuições do ONS:

- ▶ Planejamento e programação da operação e o despacho centralizado da geração, com vistas à otimização do SIN.
- ▶ Supervisão e coordenação dos centros de operação de sistemas elétricos, supervisão e controle da operação do SIN e das interligações internacionais.
- ▶ Contratação e administração de serviços de transmissão de energia elétrica e as respectivas condições de acesso, bem como dos serviços ancilares.
- ▶ Proposição ao Poder Concedente das ampliações de instalações da rede básica, bem como de reforços do SIN, a serem considerados no planejamento da expansão do sistema de transmissão.
- ▶ Proposição de regras para a operação das instalações da transmissão da Rede Básica do SIN, mediante processo público e transparente, consolidadas em Procedimentos de Rede a serem aprovadas pela ANEEL, observado o disposto no art. 4º, § 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.
- ▶ Divulgação dos indicadores de desempenho dos despachos realizados a serem auditados semestralmente pela ANEEL.
- ▶ Divulgação permanente ao Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE sobre as condições operativas de continuidade e de suprimento eletroenergético do SIN.
- ▶ Outras que lhe forem atribuídas pelo Poder Concedente.
- ▶ A previsão de carga e planejamento da operação dos Sistema Isolados.
- ▶ A proposição de regras para a previsão de carga e para o planejamento da operação dos Sistemas Isolados, consolidadas em procedimentos operacionais, a serem aprovadas pela ANEEL em regulação específica.

1. Contexto operacional--Continuação

O patrimônio do ONS é constituído pelos Centros de Operação próprios e respectivos sistemas associados, assim como, pelo conjunto de seus bens e equipamentos instalados nas localidades de Brasília, Rio de Janeiro, Florianópolis e Recife.

O ONS é constituído por membros associados e membros participantes. Os membros associados estão representados pelos agentes de geração com usinas despachadas de forma centralizada, agentes de transmissão, agentes importadores e exportadores com ativos de transmissão conectados à rede básica, agentes de distribuição integrantes do SIN e consumidores que tenham exercido a opção prevista nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e que estejam conectados à rede básica.

Os membros participantes do ONS são: os Conselhos de Consumidores e os agentes de geração com usinas não despachadas centralizadamente e os de distribuição detentores de concessão, permissão ou autorização para distribuir energia elétrica em montantes inferiores a 500 GWh/ano, integrantes do SIN.

Nos termos do artigo 34 do estatuto social, são fontes de recursos do ONS:

- (I) Contribuições de seus membros associados, proporcional ao número de votos na Assembleia Geral, incluídas na Parcela "A" para fins de repasse tarifário e recolhidas por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
- (II) Recursos decorrentes do orçamento elaborado pelo ONS e aprovado pela ANEEL:
 - (a) Repassados pelos associados e agentes do setor elétrico conectados à rede básica, cujos valores são incluídos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST e na Parcela "A" das Tarifas do Serviço de Energia Elétrica.
 - (b) Recolhidos por outros associados e agentes do setor elétrico que não estão sujeitos a repasse tarifário.
 - (c) Outras receitas autorizadas pela ANEEL.
 - (d) Receitas provenientes da emissão de documentos e prestação de serviços aos agentes do setor elétrico.
 - (e) Receitas provenientes de convênios firmados com entidades sem fins lucrativos.
- (III) Outras fontes que venham ser autorizadas pela ANEEL.

O ONS está constituído sob a forma de associação civil de direito privado e sem fins lucrativos, porém, está sujeito a tributação de impostos federais e municipais.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de instrumentos financeiros derivativos e benefícios a empregados tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem (i) imposto de renda e contribuição social diferidos; (ii) provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa; (iii) provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios; e (iv) instrumentos financeiros. O ONS revisa suas estimativas e premissas anualmente.

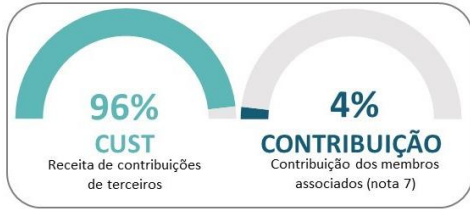
Adicionalmente, o ONS considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria do ONS autorizou em 27 de fevereiro de 2024, a emissão dessas demonstrações financeiras para aprovação e emissão de parecer em 07 de março de 2024 pelo Conselho Fiscal, posterior exame pelo Conselho de Administração, divulgação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Reconhecimento de receita

A receita oriunda dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (“CUST”), é aprovada pela ANEEL, com base no orçamento trienal do ONS, em montante suficiente para cobertura dos dispêndios a serem realizados no ciclo orçamentário seguinte, sendo a cobrança aos associados e agentes do setor elétrico modulada mensalmente de acordo com a necessidade de recursos para a cobertura dos dispêndios e reconhecida no resultado do exercício pelos valores efetivamente faturados.



A receita da contribuição dos membros associados (“Contribuição”), é aprovada na Assembleia Geral, na proporção do número de votos de cada agente.

Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação. Esses passivos, após o reconhecimento inicial, e sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria as contas bancárias, os recursos de encargos de uso do sistema de transmissão, os valores a receber com consumidores, contribuição dos membros associados, fornecedores e obrigações por arrendamento.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se as aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (CDB).

Valor justo por meio do resultado de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos". Em 31 de dezembro de 2023, o ONS não possui derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O ONS considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

OBJETIVOS DA GESTÃO DAS DISPONIBILIDADES DE CAIXA



Atender a compromissos de caixa de curto prazo



Conversibilidade imediata



Risco insignificante de mudança de valor

3. Principais políticas contábeis--Continuação







3.4 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Bens	Vida Útil	Taxa
IMOBILIZADO		
 Terrenos Indeterminado	 Máquinas e Equipamentos 5 a 10 anos 10% a 20%	 Benfeitorias em Imóveis de Terceiros 15 a 25 anos 4% a 7%
 Edificações 25 anos 4%	 Móveis e Utensílios 10 anos 10%	 Direito de Uso Arrendamento Mercantil 8 a 19 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho e perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação ou amortização são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável. A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

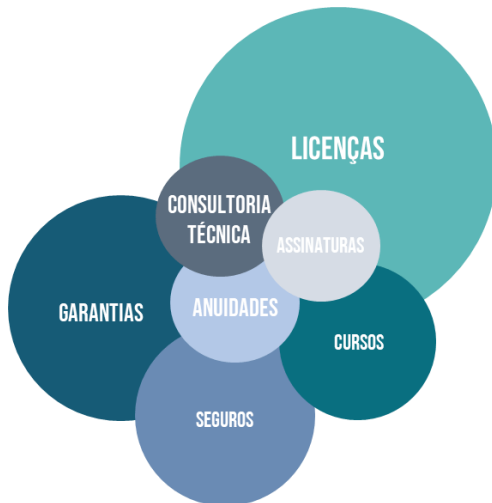
3.5 Intangível--Continuação

Os ativos intangíveis do ONS com vida útil definida estão representados por softwares e projetos em curso que serão utilizados na gestão da organização e na execução das atividades de coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do SIN. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o ONS não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração de resultado no momento da baixa do ativo.

3.6 Despesas antecipadas

Em despesas antecipada, os itens de maior representatividade são aqueles associados à renovação de licenças de software. As contratações associadas à renovação de direito de uso de softwares têm diversas e diferentes práticas comerciais, bem como uma variedade de nomenclaturas praticadas.



Os custos com a renovação de licença de uso são registrados em despesas antecipadas.

As renovações de licença são apresentadas ao custo, menos amortização acumulada e eventuais perdas de valor recuperável, quando aplicável. O período e o método de amortização para essas renovações, acompanham os prazos contratuais de aquisição. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização da licença.

3.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Não foram identificados indicativos de perda de ativos não financeiros nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8 Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e anterior são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e de tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,60%
Impostos sobre serviços ("ISS")	5,00%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o ONS possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

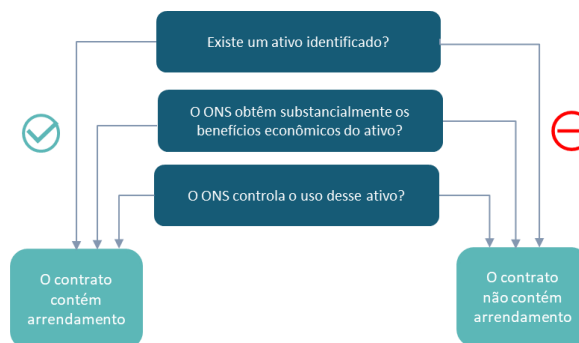
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e regulatórios

O ONS é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. No ONS as contingências são classificadas da seguinte forma:



3.10 Arrendamento

O ONS avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2), um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, conforme o fluxograma a seguir:



3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10 Arrendamento--Continuação

O ONS reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de empréstimo incremental do ONS. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o ONS não contratou nenhum novo contrato de arrendamento.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

CPC 50 - Contratos de seguro: Uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica ao ONS.

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erro: As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do ONS.

CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis e IFRS Practice Statement 2: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. Essa norma não teve impacto nas demonstrações financeiras do ONS, visto que o ONS já apresentava as políticas contábeis materiais para os negócios da Entidade.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--Continuação

Reforma tributária internacional (regras do modelo do pilar dois) e Alterações no CPC 32: As alterações foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: (i) uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e (ii) requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do ONS, pois o ONS não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois por ser uma Entidade com operações apenas no Brasil.

O ONS decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

3.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do ONS, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 06 (R2): Passivo de locação em um sale and leaseback (transação de venda e retroarrendamento): As alterações foram para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. O ONS não espera que tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: As alterações esclarecem: (i) que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do ONS.

Ademais, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Acordos de financiamento de fornecedores: Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Alterações para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. O ONS está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma a partir da vigência.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do ONS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O ONS usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O ONS utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ativos estes não negociados em mercados ativos.

(b) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

O ONS reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

(c) *Provisão para perdas esperadas de contas a receber*

O ONS registra as perdas esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras.

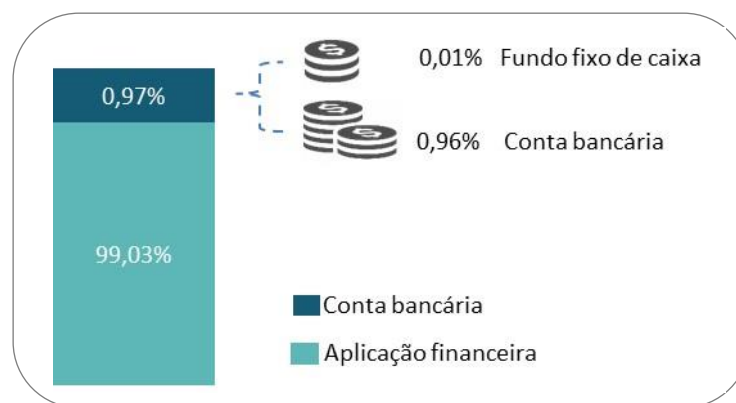
(d) *Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos*

A Entidade não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o ONS teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional). A Entidade estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Entidade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

O ONS gera disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo operacional, assegurando que haja caixa suficiente para atender aos compromissos futuros de curto prazo assumidos.

As aplicações financeiras do ONS referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário, com conversibilidade imediata e isenção de IOF, portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício.



Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Carlos Ciochi, Alexandre Nunes Zucarato, Christiano Vieira Da Silva, Elisa Bastos Silva, Marcio Kennedy De Almeida, Marcelo Prais e William Manoel Souza. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código 47A7-754E-18BF-CF3E.

5. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e operações compromissadas podem ser resgatados a qualquer momento, e são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha.

Composição de caixa e equivalente	Remuneração (% do CDI)	2023	2022
Contas bancárias		453	924
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários			
Banco Santander Brasil S.A.	101,5	30.934	27.459
Banco Bradesco	10	29	12
Banco do Brasil (convênio)	10,17	453	-
Compromissadas			
Banco Santander Brasil S.A.	80	14.911	6.266
		46.327	33.737
Total de caixa e equivalentes de caixa		46.780	34.661

6. Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão

As contribuições de terceiros oriundas dos encargos de uso do sistema de transmissão são cobradas dos agentes de geração, distribuição, importadores, exportadores e dos consumidores livres, conforme condições previstas nos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), que têm por objeto a prestação pelo ONS dos serviços de coordenação e controle da operação dos sistemas eletroenergéticos interligados, das interligações internacionais e de administração dos serviços de transmissão prestados pelas concessionárias de transmissão, observados os procedimentos e os padrões estabelecidos nos procedimentos de rede, na legislação e na regulação vigente e a administração da cobrança e da liquidação dos encargos estabelecidos no CUST e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.

Aging list	2023	2022
A vencer	70.420	65.645
Vencido		
de 1 a 30 dias	870	326
de 31 a 60 dias	218	138
de 61 a 90 dias	96	75
de 91 a 120 dias	143	74
de 121 a 180 dias	772	106
acima de 180 dias	2.021	1.652
	4.120	2.371
Total geral	74.540	68.016

O valor de R\$74.540 (R\$68.016 em 2022), apresentado no ativo circulante, líquido de impostos e contribuições retidos na fonte, corresponde aos valores a vencer e vencidos. Os valores a vencer, no montante de R\$70.420 (R\$65.545 em 2022), possuem expectativa de liquidação em quatro parcelas, com vencimentos em 05, 15, 25 e 35 dias.

O ONS monitora suas contas a receber em atraso, sendo o saldo da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 composto por valores em atraso há mais de 180 dias.

A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa está representada na tabela a seguir:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(1.652)	(4.096)
Baixa de Clientes Incobráveis	-	2.957
Complemento de provisão no exercício	(903)	(597)
Reversão de provisão no exercício	534	84
Saldo no final	(2.021)	(1.652)

7. Contribuição dos membros associados

A contribuição dos membros associados é aprovada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária ("AGO") do ONS, mediante rateio com base no número de votos de cada associado a ser aplicado em cada ciclo orçamentário.

Desta forma, o limite total das receitas de contribuições a serem cobradas em cada período e os valores correspondentes aos exercícios estão demonstrados na tabela a seguir:

2022					
Data da AGO	Período	Valor total aprovado	Faturamento janeiro a junho	Faturamento julho a dezembro	Total
27 de abril de 2022	Jan/2022 a Dez/2022	28.619	14.310	14.309	28.619
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2022			14.310	14.309	28.619
2023					
Data da AGO	Período	Valor total aprovado	Faturamento janeiro a junho	Faturamento julho a dezembro	Total
27 de abril de 2022	Jan/2023 a Dez/2023	30.277	15.139	15.138	30.277
Total do exercício findo em 31 de dezembro de 2023			15.139	15.138	30.277

O saldo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro 2023 é de R\$73 (R\$22 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo a receber de contribuição dos membros associados era de R\$133 (R\$600 em 2022).

8. Impostos e contribuições a recuperar

O ONS está sujeito à tributação e a retenção na fonte de determinados tributos. Os saldos correspondentes aos créditos tributários, são, principalmente, associados à saldos negativos de IRPJ e CSLL e retenções na fonte de PIS e COFINS e serão objeto de futura compensação com impostos e contribuições a recolher. Esses tributos serão compensados nos próximos 12 meses.

	2023	2022
Circulante		
Imposto de renda (IRPJ)	3.578	6.733
Contribuição social sobre lucro líquido (CSLL)	5.081	5.489
Programa de integração social (PIS)	1.119	1.009
Contribuição social para financiamento da seguridade social (COFINS)	5.164	4.691
ISS	49	49
INSS	10	10
	15.001	17.981
Não circulante		
INSS a Recuperar	185	178
	185	178

9. Tributos diferidos

De acordo com os componentes que constituem o imposto de renda e a contribuição social diferidos no ativo, os quais se referem exclusivamente às diferenças temporárias, do saldo constituído em 31 de dezembro de 2023, o Programa de Participação nos Resultados possui expectativa de realização no exercício subsequente. O saldo remanescente de outras diferenças temporárias deverá ser realizado até 30 de novembro de 2028.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Imposto de renda diferido		
Provisão para contingências trabalhistas	992	1.032
Provisão para contingências fiscais	3.982	3.502
Provisão para contingências regulatórias	999	1.487
Provisão para contingências cíveis	635	52
Provisão para perdas esperada dos créditos a receber	524	419
Programa de participação resultados	8.135	7.608
Créditos do regime tributário de transição	1.070	1.364
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A.	-	105
Arrendamentos	10.377	8.457
Instrumentos financeiros derivativos	262	78
Provisão multa ANEEL	2.382	-
Outras provisões	1.031	504
	30.389	24.608
Contribuição social diferida		
Provisão para contingências trabalhistas	357	372
Provisão para contingências fiscais	1.434	1.261
Provisão para contingências regulatórias	359	535
Provisão para contingências cíveis	228	19
Provisão para perdas esperada dos créditos a receber	188	151
Programa de participação resultados	2.929	2.739
Créditos do regime tributário de transição	385	491
Cauções em garantia - Banco Santander Brasil S.A.	-	38
Arrendamentos	3.736	3.045
Instrumentos financeiros derivativos	94	28
Provisão multa ANEEL	857	-
Outras provisões	372	180
	10.939	8.859
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.328	33.467

10. Imobilizado

Itens	2023			
	Taxa anual de depreciação e amortização	Custo	Depreciação e amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terreno	-	3.829	-	3.829
Edificações	4%	16.782	(7.388)	9.394
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	133.416	(102.141)	31.275
Móveis e utensílios	10%	9.318	(8.590)	728
Benfeitorias imóveis terceiros	4% a 20%	35.433	(21.241)	14.192
Ativo de direito de uso (arrendamentos)		480.428	(133.825)	346.603
		679.206	(273.185)	406.021
Em curso				
Edificações		65	-	65
Máquinas e equipamentos		15.172	-	15.172
Móveis e utensílios		357	-	357
Benfeitorias imóveis terceiros		2.516	-	2.516
		18.110	-	18.110
		697.316	(273.185)	424.131
Itens	2022			
	Taxa anual de depreciação e amortização	Custo	Depreciação e amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Terreno		3.829	-	3.829
Edificações	4%	16.782	(6.717)	10.065
Máquinas e equipamentos	10% a 20%	118.702	(87.967)	30.735
Móveis e utensílios	10%	8.888	(8.154)	734
Benfeitorias imóveis terceiros	4% a 20%	35.431	(19.632)	15.799
Ativo de direito de uso (arrendamentos)		487.009	(100.929)	386.080
		670.641	(223.399)	447.242
Em curso				
Edificações		65	-	65
Máquinas e equipamentos		18.861	-	18.861
Móveis e utensílios		497	-	497
Benfeitorias imóveis terceiros		1.823	-	1.823
		21.246	-	21.246
		691.887	(223.399)	468.488

10. Imobilizado--Continuação

A movimentação do ativo imobilizado pode ser demonstrada da seguinte forma:

Em serviço						Transferências	2023
	2022	Adições	Baixas	Transfer.	Reclassif.	do intangível	
Custo							
Operação	125.227	-	(132)	13.277	3.643	67	142.082
Ativo direito de uso de imóveis	487.009	(6.581)	-	-	-	-	480.428
Administração	58.405	-	-	1.934	(3.643)	-	56.696
	670.641	(6.581)	(132)	15.211	-	67	679.206
Depreciação							
Operação	(78.288)	(13.181)	13	-	(3.627)	-	(95.083)
Ativo direito de uso de imóveis	(100.929)	(32.896)	-	-	-	-	(133.825)
Administração	(44.182)	(3.722)	-	-	3.627	-	(44.277)
	(223.399)	(49.799)	13	-	-	-	(273.185)
Em curso							
Operação	19.092	11.429	-	(15.154)	(51)	(308)	15.008
Administração	2.154	1.005	-	(57)	51	(51)	3.102
	21.246	12.434	-	(15.211)	-	(359)	18.110
	468.488	(43.946)	(119)	-	-	(292)	424.131

Em serviço						Transferências	2022
	2021	Adições	Baixas	Transfer.	Reclassif.	do intangível	
Custo							
Operação	116.663	-	(2.308)	10.084	-	788	125.227
Ativo direito de uso de imóveis	435.554	52.505	(1.050)	-	-	-	487.009
Administração	57.907	-	(1.727)	2.145	-	80	58.405
	610.124	52.505	(5.085)	12.229	-	868	670.641
Depreciação							
Operação	(67.688)	(12.888)	2.288	-	-	-	(78.288)
Ativo direito de uso de imóveis	(67.730)	(33.189)	(10)	-	-	-	(100.929)
Administração	(44.249)	(1.654)	1.721	-	-	-	(44.182)
	(179.667)	(47.731)	3.999	-	-	-	(223.399)
Em curso							
Operação	22.578	6.113	-	(9.473)	-	(126)	19.092
Administração	1.288	3.622	-	(2.756)	-	-	2.154
	23.866	9.735	-	(12.229)	-	(126)	21.246
	454.323	14.509	(1.086)	-	-	742	468.488

O ONS possui instalação própria localizada em Brasília, onde se encontram o Centro de Operação Norte/Centro-Oeste (COSR-NCO) e o Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS).

As aquisições de imobilizado em curso no exercício de 2023 geraram créditos de PIS e COFINS no montante de R\$ 950 (R\$284 em 2022), e foram classificados na rubrica "Impostos e contribuições sociais compensáveis", no ativo circulante.

11. Ativos e passivos de arrendamento

11.1 Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023, o ONS possui contratos classificados como de arrendamento para os Contratos de Locação Atípica (“CLA”) referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

O ONS reconhece os créditos de PIS e COFINS mensalmente por meio dos pagamentos em contrapartida à depreciação e a despesa financeira de juros do resultado.

Em 2023, o ONS não identificou nenhum contrato adicional a ser enquadrado nos requisitos do CPC 06 (R2). Abaixo, apresentamos os ativos ao direito de uso dos imóveis e as correspondentes obrigações:

a) Composição do ativo de direito de uso e obrigações com arrendamentos:

	2023	2022
Ativo de direito de uso		
Direito de uso de imóveis (Nota 10)	474.932	481.512
Desmobilização arrendamento mercantil	5.496	5.496
Amortização acumulada	(133.825)	(100.929)
Saldos líquidos no final do exercício	346.603	386.079
Obrigações com arrendamentos		
Arrendamentos a pagar	558.676	617.594
Juros de arrendamento	(169.694)	(196.965)
	388.982	420.629
Passivo circulante	27.649	26.276
Passivo não circulante	361.333	394.353
	388.982	420.629

b) Movimentação do ativo de direito de uso e das obrigações com arrendamentos:

	Ativo (*)	Passivo	Despesa
Saldo em 31 de dezembro de 2022	386.079	(420.629)	-
Remensurações	(6.580)	6.580	-
Amortização	(32.896)	-	32.896
Pagamentos do principal	-	25.067	-
Pagamentos dos juros	-	23.618	-
Juros	-	(23.618)	23.618
Saldo em 31 de dezembro de 2023	346.603	(388.982)	56.514

(*) Conforme apresentado na Nota 10

Os créditos de PIS/COFINS sobre a operação de arrendamento correspondem ao valor de R\$3.034 em 2023 (R\$2.884 em 2022).

11. Ativos e passivos de arrendamento--Continuação

11.2 Arrendamento--Continuação

Os reajustes contratuais referentes ao ano de 2023 foram aplicados de acordo com índices oficiais e resultaram em uma diminuição do passivo de arrendamento e contrapartida ao ativo de direito de uso no montante de R\$6.580. Exceto para localidade de Recife em que, após processo de negociação, não houve reajuste, devido ao índice negativo do período.



11.3 Contratos de Locação Atípica (CLA) - Adiantamento a fornecedores

Desde 1998, ano de sua constituição, o ONS utilizava as instalações de empresas subsidiárias da Eletrobras, através de contratos de locação, nas localidades do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis para alocação de suas instalações regionais, principalmente seus centros de operação.

Considerando a necessidade da expansão do ONS de forma permanente e estruturada, foram desenvolvidos estudos que apontaram para a consecução de um projeto para implementação de novas instalações no Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

Para viabilizar a construção de instalações a serem utilizadas pelo ONS, em atendimento às suas necessidades prediais, foi adotada a modalidade de contratação de locação atípica de bem imóvel - *built to suit*, que consiste na locação sob encomenda, onde o locatário apresenta ao locador todas as características do imóvel a ser locado, tais como: localização, tamanho, tipo de construção, entre outras exigências.

Em consonância com essa decisão, foram assinados contratos de locação atípica ("CLA") posteriormente, aditivos com empreendedores diferentes para a construção das instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis.

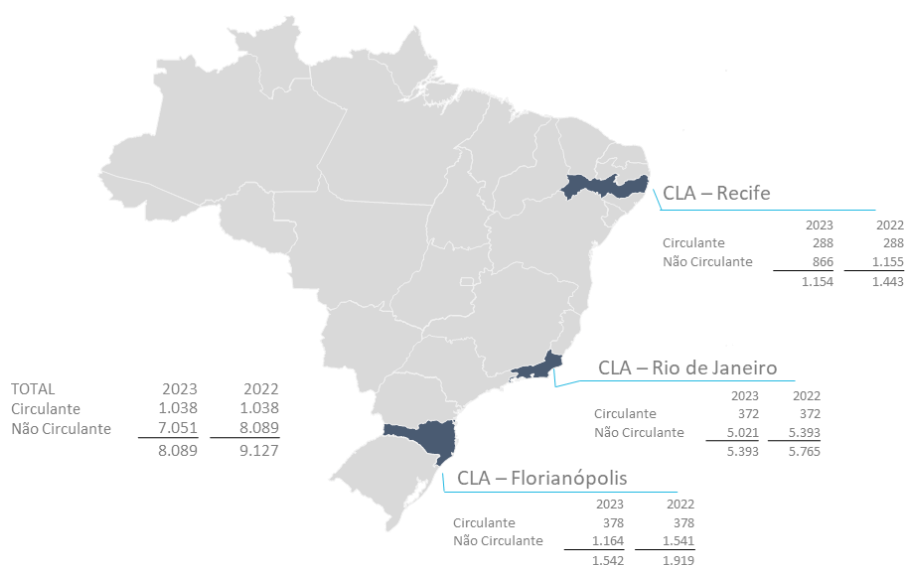
Esses contratos, em atendimento a legislação societária e em decorrência das próprias características negociais associadas aos pagamentos, produzem impactos nas demonstrações do ONS.

11. Ativos e passivos de arrendamento--Continuação

11.2 Contratos de Locação Atípica (CLA) - Adiantamento a fornecedores--Continuação

Os Contratos de Locação Atípica (“CLA”) e seus aditivos firmados pelo ONS com os empreendedores referentes as instalações do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis, preveem, além das parcelas mensais de aluguel a partir da conclusão dos imóveis, pagamento de parcelas intermediárias em datas definidas.

Todas as parcelas intermediárias estipuladas nos contratos de locação já foram integralmente liquidadas pelo ONS nas datas contratuais estabelecidas, sendo seus correspondentes valores apropriados ao resultado mensalmente durante o período de vigência dos contratos.



Conforme expediente prático utilizado na adoção do CPC 06 (R2) de exclusão dos custos diretos iniciais, as parcelas intermediárias pagas aos empreendedores das três localidades, que serão apropriadas ao resultado até o término dos contratos, mantiveram-se classificadas em adiantamento a fornecedores e estão representadas a seguir:

Movimentação ativo circulante	2023	2022
Saldo em 1º janeiro	1.038	1.038
Apropriação despesa	(1.038)	(1.038)
Transferência não circulante	1.038	1.038
Saldos líquidos no final exercício	1.038	1.038

Movimentação ativo não circulante	2023	2022
Saldo em 1º janeiro	8.089	9.128
Transferência circulante	(1.038)	(1.038)
Saldos líquidos no final exercício	7.051	8.090

Saldos reconhecidos na demonstração do resultado	2023	2022
Apropriação despesa	(1.038)	(1.038)
Saldos	(1.038)	(1.038)

12. Intangível

	Taxa anual de amortização	2023	2022
Em serviço			
Software		226.707	222.611
Amortização	20%	(196.071)	(182.930)
		30.636	39.681
Em curso			
Intangível em curso		55.627	34.722
		86.263	74.403

O ONS possui sistemas em desenvolvimento que visam o aprimoramento de suas atividades de coordenação, controle e planejamento de Operação do SIN. Esses sistemas possuem previsão de encerramento em até 5 anos, para posterior entrada em produção. A composição do intangível em curso é demonstrado a seguir:

Intangível em curso	2023	2022
Desenvolvimento do sistema SAAT	16.061	11.573
Desenvolvimento do sistema SAGER	12.834	9.364
Evolução do EMS (Energy Management System)	7.848	2.083
Sistema SGI Integração	4.094	1.956
Sistema de gestão de intervenções da operação SGI - OP	2.713	1.355
Plataforma estudos energéticos – PLANES	1.960	271
Sistema de geração dos dados hidráulicos, hidrológicos e hidroenergéticos (SGHidro)	1.888	1.374
Evolução das Capacidades Digitais	1.855	407
Novo SATRA	1.723	-
Gestão de conteúdo do MPO fase 2	1.208	857
Sistema de medição para faturamento (SMF)	515	-
Sistema de gestão de projeto básico (SGPB)	388	-
Sistema de apoio e cálculo de limites de interligação	74	-
Desenvolvimento do projeto de geração de cenários de vazões (PGCV)	59	-
Projeto base de dados das instalações de transmissão (BDIT)	2	-
Sistema gestão da informação e documentos solução (ECM/PR)	-	1.427
Programação diária do futuro	-	512
Rede de gerenciamento de energia (REGER ciclo 2)	-	62
Evolução das capacidades de segurança cibernética	-	27
Softwares diversos	2.405	3.454
	55.627	34.722

12. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2022	Adições	Transferências	Reclassificações	Transferências para o imobilizado	2023
Em serviço						
Custo						
Operação	181.714	-	4.050	(314)	359	185.809
Administração	40.897	-	1	-	-	40.898
	222.611	-	4.051	(314)	359	226.707
Amortização						
Operação	(142.886)	(12.840)	-	-	-	(155.726)
Administração	(40.044)	(301)	-	-	-	(40.345)
	(182.930)	(13.141)	-	-	-	(196.071)
Em curso						
Operação	33.562	24.708	(4.050)	314	(67)	54.467
Administração	1.160	1	(1)	-	-	1.160
	34.722	24.709	(4.051)	314	(67)	55.627
	74.403	11.568	-	-	292	86.263

	2021	Adições	Transferências	Reclassificações	Transferências para o imobilizado	2022
Em serviço						
Custo						
Operação	154.797	-	26.791	-	126	181.714
Administração	40.832	-	65	-	-	40.897
	195.629	-	26.856	-	126	222.611
Amortização						
Operação	(133.477)	(9.409)	-	-	-	(142.886)
Administração	(39.266)	(778)	-	-	-	(40.044)
	(172.743)	(10.187)	-	-	-	(182.930)
Em curso						
Operação	40.949	19.450	(26.615)	-	(222)	33.562
Administração	1.811	236	(241)	-	(646)	1.160
	42.760	19.686	(26.856)	-	(868)	34.722
	65.646	9.499	-	-	(742)	74.403

13. Salários e encargos sociais

Natureza de salários e encargos	2023	2022
Salários	74	79
IRRF sobre folha	10.484	9.440
INSS	6.132	5.723
FGTS	2.105	2.069
Previdência privada	2.819	2.605
Contribuição sindical	14	11
	21.628	19.927

14. Tributos e contribuições sociais

Natureza de tributos e contribuições sociais	2023	2022
Retenção (fornecedores)		
IRRF retido na fonte sobre serviços	151	178
CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte sobre serviços	981	886
CIDE	-	11
	1.132	1.075
Encargos s/ receita		
PIS	1.284	1.180
COFINS	5.920	5.438
ISS	3.732	3.553
	10.936	10.171
	12.068	11.246

15. Plano de previdência complementar

O ONS atua como patrocinador do plano de previdência privada oferecido aos seus empregados, o qual é administrado pela Fundação Eletrobrás de Seguridade Social (“ELETROS”).

O plano de previdência privada é na modalidade de contribuição variável. Nesta modalidade, durante a fase de acumulação, o plano é na modalidade de contribuição definida. No entanto, na fase de pagamento de benefícios, por oferecer, como opção, um benefício na forma de renda vitalícia, apresenta características de benefício definido. Adicionalmente, o plano de previdência privada também oferece benefícios de pecúlio por invalidez ou morte para os participantes ativos e assistidos.

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos benefícios descritos acima são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade.

15. Plano de previdência complementar--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, considerando o valor presente das obrigações atuariais descritas acima e o valor justo dos ativos do plano, não existem elementos, baseados nas características do plano e nas obrigações com seus funcionários, que indiquem a necessidade do reconhecimento de um ativo ou passivo atuarial.

Contribuições patronais:

O ONS efetua o pagamento das contribuições de forma contratual. O ONS não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o ONS contribuiu com o valor de R\$17.453 (R\$14.514 em 2022), o qual se encontra registrado na rubrica de despesas de pessoal, na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo das obrigações em aberto, referente às contribuições sobre a remuneração do mês de dezembro e sobre o 13º salário totalizou R\$2.610 (R\$2.380 em 2023).

A ELETROS também administra a complementação do auxílio-doença, no qual o custeio é exclusivo do ONS. A contribuição mensal corresponde a 0,15% da folha líquida mensal, conforme definido pela ELETROS. O benefício relativo ao auxílio-doença não traz risco atuarial para o ONS.

16. Obrigações trabalhistas

O ONS possui um Programa de Participação nos Resultados e Performance Organizacional, que prevê o pagamento de até duas remunerações e possui a seguinte composição: (i) 50% da recompensa por meio de indicadores definidos em conjunto pelo ONS e ANEEL e estabelecido via Resolução Homologatória e (ii) 50% da recompensa por meio do atingimento de metas definidas pelo ONS, que são aprovadas pelo seu Conselho de Administração e Comissão Paritária.

Em 31 de dezembro de 2023, a Provisão para o Programa de Participação nos Resultados e Performance Organizacional foi apurada considerando o percentual de 96,8% para Empregados e Diretores. O pagamento da PPR/PO 2023 foi realizado em janeiro 2024.

Natureza de obrigações trabalhistas	2023	2022
Provisão de férias	30.946	30.915
Encargos sociais	10.676	10.761
Programa de participação resultados e performance organizacional	32.541	30.432
	74.163	72.108
Adiantamento de férias (ativo circulante)	(2.333)	(2.154)
	71.830	69.954

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023, a provisão para contingências estava composta da seguinte forma:



Multa ANEEL

O ONS mantém provisão em relação às multas emitidas pela ANEEL. Atualmente, todas as multas aplicadas pela ANEEL ao ONS se encontram judicializadas, incluindo a multa relacionada a ocorrência no Estado do Amapá em novembro de 2020, em que um incêndio na subestação de Macapá danificou os transformadores ocasionando um blecaute na grande maioria dos municípios do Amapá. Em virtude dessa ocorrência, o ONS recebeu um auto de infração, o qual foi classificado como perda provável em 2022. Em 2023, com o término do processo administrativo, o assunto foi judicializado e recebeu prognóstico de perda em atendimento aos normativos internos do ONS, sendo classificado como remoto. O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2023 monta a quantia de R\$9.526 (R\$15.101 em 2022).

Fiscais

O ONS mantém provisão de natureza fiscal referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual enquadrou o ONS no CNAE 7112 (serviços de engenharia) desconsiderando o CNAE 9411 (atividades de organizações associativas patronais e empresariais), implicando em cobrança de diferenças da contribuição ao Risco Ambiental do Trabalho – RAT do período de 01.2014 a 12.2017. O ONS interpôs recurso voluntário junto ao CARF. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2023 é de R\$13.534 (R\$11.765 em 2022). Adicionalmente, o ONS mantém provisão referente a não homologação, pela Receita Federal do Brasil e União, de compensação de impostos e contribuições sociais com créditos tributários cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.192 (R\$2.052 em 2022). O valor total das contingências em 31 de dezembro de 2023 monta a quantia de R\$15.928 (R\$14.007 em 2022).

Regulatórios

O ONS mantém provisão para ações de natureza regulatória, na sua maioria trata-se de honorários advocatícios de sucumbência decorrentes de ações judiciais, propostas contra o ONS, para discutir a aplicação de Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI, Parcela Variável por Atraso - PVA ou a suspensão de encargos setoriais decorrentes do CUST. Na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda e estimam em 31 de dezembro de 2023 o total de R\$3.995 (R\$5.949 em 2022).

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios--Continuação

Trabalhistas

O ONS mantém provisão para ações de natureza trabalhista que questionam, entre outros: equiparação salarial, reconhecimento de vínculo empregatício, pagamento de horas extras e intrajornada, que na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda e estimam em 31 de dezembro de 2023 o total de R\$3.969 (R\$4.130 em 2022) correspondente à provável perda referente à tais contingências.

Cível

No que diz respeito à provisão para ações de natureza cível, em que pese o recebimento de aproximadamente 5 mil novas ações decorrentes da ocorrência no Estado do Amapá em novembro de 2020, considerando a inexistência de condenação de natureza pecuniária do ONS, a Entidade mantém provisão em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$2.539 (R\$208 em 2022), que na opinião de seus advogados, possuem prognóstico provável de perda.

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios pode ser demonstrada da seguinte forma:

Natureza	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Reversão	Atualização	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Multa ANEEL	15.101	-	(6.623)	1.048	-	9.526
Regulatórios	5.949	-	-	361	(2.315)	3.995
Fiscais	14.007	61	(46)	1.906	-	15.928
Trabalhistas	4.130	-	(63)	285	(383)	3.969
Cíveis	208	730	-	1.609	(8)	2.539
Saldos	39.395	791	(6.732)	5.209	(2.706)	35.957

Passivo contingente avaliado como perda possível

Além das contingências descritas anteriormente, existem ações, que no entendimento da Administração do ONS, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, possui probabilidade de perda possível, cujas principais estão descritas a seguir:

Risco de natureza regulatória

Importa destacar, ainda, que o ONS figura no polo passivo de 13 processos judiciais de natureza regulatória cujo risco total envolvido é de R\$18.059, sendo este montante composto parcialmente por ônus de caráter sucumbencial e parcialmente pelo valor correspondente a ação anulatória nº 1085184-86.2021.4.01.3400 ajuizada pelo ONS, em face da ANEEL, em que se discute a validade da decisão proferida pela ANEEL que determinou que o valor de R\$9.386 seja coberto por contribuição associativa extraordinária e incluso no orçamento econômico do ONS. Em 31 de dezembro de 2023, o montante atualizado é de R\$10.559 (R\$10.093 em 2022).

17. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios--Continuação

Risco de natureza fiscal

Em 29 de abril de 2015, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração com objetivo de consubstanciar a cobrança de diferença de recolhimentos a título de RAT, do período de 12/2012 e 11/2013.

O ONS apresentou impugnação ao referido auto de infração, todavia, a decisão proferida pela DRF pelo não conhecimento da impugnação do ONS. Contra essa decisão foi apresentado recurso voluntário ao CARF, o qual ainda se encontra pendente de julgamento.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor estimado atualizado é de R\$ 627 (R\$545 em 2022).

18. Receita líquida

As receitas do ONS são diretamente associadas aos valores orçados e aprovados, em última instância, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Importante destacar que, conforme disposto na Resolução Normativa 1.017/2022, no Art 7º, §3º, "O ONS poderá modular mensalmente a receita proveniente da TUT ao dispêndio mensal respeitado o valor definido para o ciclo tarifário da TUST".

Em 2023, ocorreu maior necessidade orçamentária devido ao aumento das despesas operacionais empenhadas no exercício. O impacto dessa demanda está evidenciado na Nota 19.

Descrição	2023	2022
Natureza da receita		
Receita de contribuições de terceiros	808.000	715.000
Contribuição dos membros associados (Nota7)	30.277	28.619
	838.277	743.619
Deduções da receita		
PIS	(14.001)	(12.297)
COFINS	(64.527)	(56.678)
ISS	(40.400)	(35.750)
	(118.928)	(104.725)
Receita líquida	719.349	638.894

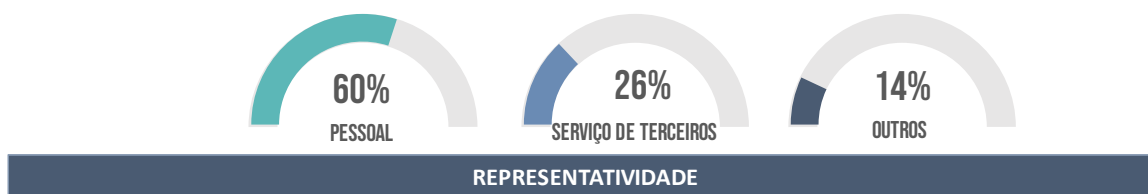
19. Despesas de operação do sistema

As demonstrações do resultado do ONS são apresentadas por função. Os gastos são demonstrados a seguir por natureza.

Descrição	Nota	2023	2022
Pessoal	19.1	415.847	367.928
Administradores		12.326	10.590
Desenvolvimento		4.212	4.407
Material		4.503	3.335
Serviço de terceiros	19.2	175.199	158.134
Depreciação e amortização		59.906	55.036
Tributos e contribuições sociais		3.207	3.117
Arrendamentos e aluguéis		2.282	2.017
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa		420	513
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	17	(3.438)	(805)
Outras despesas		8.110	7.046
Despesas de operação do sistema		682.574	611.318

19.1 Pessoal

O gasto total com pessoal em 2023 foi de R\$415.847 (R\$367.928 em 2022).



O ONS, além do salário base e dos respectivos encargos legais, pratica benefícios associados a retenção de pessoal, tais como plano de saúde e dentário, ticket refeição e previdência privada.

Em 2023, o ONS teve 51 desligamentos e outros 25 empregados foram desligados em decorrência do Programa de Transição Profissional (PTP). Esse programa teve como principal objetivo proporcionar a sucessão e a gestão do conhecimento de forma organizada, sustentada e programada. O impacto desse processo é observado nas rubricas rescisórias, conforme quadro a seguir:

19. Despesas de operação do sistema--Continuação

19.1 Pessoal--Continuação

Natureza das despesas de pessoal	2023	2022
Remuneração fixa	185.643	166.134
Salário base, trainee, menor aprendiz, horas extras, adicionais, sobreaviso	185.643	166.134
Encargos sociais	65.686	59.268
Indenizações rescisórias	10.210	2.664
Benefícios sociais	58.494	48.574
Previdência privada	19.758	16.285
Plano de saúde	13.874	11.643
Outros benefícios sociais	24.862	20.646
Provisões trabalhistas	59.865	56.611
Provisão de férias	16.772	16.081
Gratificação de Férias	11.175	10.715
Provisão de 13º salário	17.714	15.907
Encargos Sociais sobre Provisionamento	14.204	13.908
Remuneração variável	35.949	34.677
Performance organizacional	29.319	26.628
ATS - adicional por tempo de serviço	4.579	4.267
Outros	2.051	3.782
Pessoal	415.847	367.928

19.2 Serviço de terceiros

O gasto total com serviço de terceiros em 2023 foi de R\$175.199 (R\$158.134 em 2022).

Descrição	2023	2022
Serviços de manutenção predial	27.946	26.774
Mão-de-obra terceirizada	1.345	1.473
Consultoria	37.583	32.218
Serviços de informática e telecomunicações	91.026	99.181
Comunicação	4.875	5.081
Serviços gráficos	175	144
Serviços de propaganda e publicidade	4.249	2.149
Despesas de viagem	5.452	3.869
Transportes de terceiros e outros serviços de terceiros	5.199	6.093
Outros (provisões e reversões, créditos pis e cofins, apropriações de despesas antecipadas, etc.)	(2.651)	(18.848)
Serviço de terceiros	175.199	158.134

20. Resultado financeiro

Natureza de outras despesas	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.835	2.101
Instrumentos financeiros derivativos	-	403
Encargos sobre faturas em atraso	567	364
Variação monetária	1.354	1.377
Outras receitas financeiras	-	110
	4.756	4.355
Despesas financeiras		
Juros sobre os arrendamentos	(22.149)	(23.828)
Juros sobre atraso	(3)	(1)
IOF sobre aplicação financeira	(286)	(276)
Multas dedutíveis	(8)	-
Tarifa bancária	(56)	(57)
Instrumentos financeiros derivativos	(379)	(281)
Multas indedutíveis	(81)	(32)
Custas cartoriais para empréstimo	-	(40)
Outras despesas financeiras	(196)	(193)
	(23.158)	(24.708)
Resultado financeiro	(18.402)	(20.353)

21. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social	2023	2022
Superávit antes do imposto de renda e da contribuição social	27.350	7.922
Diferenças permanentes		
Perdas permanentes	4.317	7.396
Perda temporária com efeito de permanente	(5.576)	1.483
Incentivos fiscais	52	355
Doações	367	531
Superávit ajustado antes do imposto de renda e da contribuição social	26.510	17.687
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	9.013	6.014
PAT - Programa de Apoio ao Trabalhador	(157)	(118)
Programa Empresa Cidadã	(52)	(355)
Reversão de créditos do regime tributário de transição	-	2.289
Multas ANEEL	(3.238)	-
Outros	(24)	150
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	5.542	7.980
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.152	(8.641)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.610)	661

22. Seguros

De acordo com o estatuto social, o ONS não dispõe de ativos de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica.

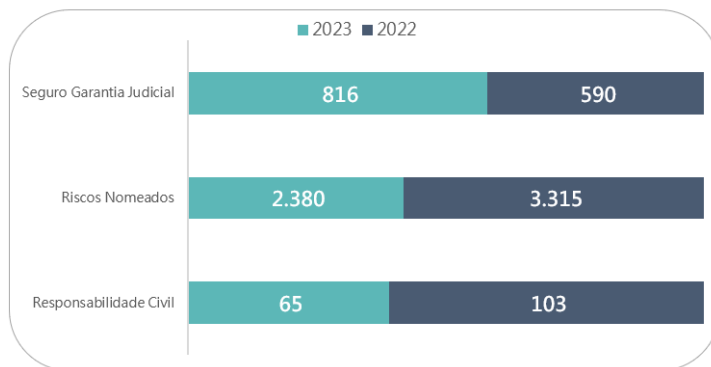
Objetivando proteger e minimizar riscos dos seus investimentos nos ativos de sua propriedade, o ONS contrata anualmente uma apólice de Seguro Compreensivo Empresarial ou Seguro Multirrisco Patrimonial.

A vantagem dessa modalidade de Seguro é ter uma apólice com vários locais de risco e valores diferenciados e ainda, a possibilidade de contratação com Limite Máximo Indenizável Único.

Os ativos segurados, nessa apólice, compreendem o imóvel ocupado pelo Centro Nacional de Operação do Sistema ("CNOS"), equipamentos de informática, equipamentos de telecomunicações, equipamentos de infraestrutura, móveis e utensílios dos centros regionais de operação e escritório central.

Devido às obrigações contratuais assinadas nos Contratos de Locação Atípica de Bem Imóvel do Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis (Nota 11), é de responsabilidade do ONS a contratação do seguro referente ao valor das edificações durante a vigência dos contratos, mantendo as locadoras como principais beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor total declarado é de R\$603.500 (R\$602.028 em 2022) na modalidade de contratação correspondente ao Limite Máximo de Indenização (LMI), que considera como maior risco o valor de R\$394.500, tendo como base o prédio do Rio de Janeiro (R\$385.478 em 2022). Em caso de sinistro pela cobertura básica (incêndio/queda de raio/explosão), todos os locais estarão cobertos até o limite. A vigência da apólice atual é 31 de março de 2024.



Além da apólice de Multirrisco Patrimonial informada acima, o ONS contrata também Seguros de Responsabilidade Civil para Administradores e Terceiros e Garantia Judicial.

Em todas as contratações de seguro o ONS busca garantir coberturas que minimizem eventuais riscos decorrentes de sinistros ou de danos involuntários causados a terceiros.

23. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$12.326 (R\$10.590 em 2022).

24. Despesas antecipadas

As aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte são classificadas como despesa antecipada, de modo a representar as saídas de caixa sem haver a ocorrência imediata da despesa. Dessa forma, o pagamento antecipado é registrado como um direito que será transferido para o resultado gradativamente conforme a utilização do serviço pago antecipadamente.

No ONS suas despesas antecipadas são representadas por licenças, garantias, prêmio de seguros, cursos, anuidades, consultoria e assinaturas, no qual são apropriados mensalmente suas despesas de acordo com o regime de competência dentro do período de vigência.

O valor de R\$25.434 (R\$21.622 em 2022), apresentados no ativo circulante corresponde aos valores de serviços que em até 12 meses serão usufruídos pelo ONS e reconhecidos em sua despesa. Além disso, o valor de R\$18.788 (R\$24.256 em 2022) possui expectativa de reconhecimento integral de suas despesas em prazo superior a 12 meses.

A composição das despesas antecipadas está representada na tabela a seguir:

Descrição	2023	2022
Circulante		
Licenças	19.799	17.187
Garantias	3.749	2.435
Seguros	1.362	1.187
Consultoria técnica	375	513
Cursos	85	244
Assinaturas	47	46
Anuidades	17	10
	25.434	21.622
Não circulante		
Licenças	11.102	17.110
Garantias	5.787	4.312
Cursos	-	13
Seguros	1.899	2.821
	18.788	24.256
Despesas antecipadas	44.222	45.878

25. Instrumentos financeiros

O ONS efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas.

Os principais passivos financeiros do ONS referem-se às obrigações com fornecedores e obrigações trabalhistas. Os principais ativos financeiros do ONS consistem em caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados e outras contas a receber, que resultam diretamente de suas operações.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, recursos encargos do uso do sistema de transmissão, contribuição dos membros associados, outras contas a receber e obrigações com fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido à natureza e ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Um dos fatores de risco que afeta o negócio do ONS se refere ao risco de crédito atrelado às disponibilidades e às contas a receber, de uma forma geral. Todas as operações do ONS são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Quanto às contas a receber, de uma forma geral, por serem mantidas com empresas de reputação do segmento de energia, regulamentadas pela ANEEL e com aplicação de penalidades e instrumentos de garantia para casos de inadimplência, a Administração do ONS não entende que enfrente dificuldades de realização desses créditos.

Em 2023, diante do cenário econômico analisado, o ONS manteve a contratação de operação de *hedge* cambial com o objetivo de evitar o possível impacto da variação do dólar/euro/libra em pagamentos contratuais, sendo considerado também como fator de risco.

Tal contratação foi estabelecida em consonância e aderência ao que estipula em sua Política Organizacional relacionada à Gestão de Riscos e Controles Internos – POL.GRC Versão 2.0, no item 2 Diretrizes, Subitem 2.14, conforme destacado abaixo:

“Assegurar que a operação de hedge cambial seja utilizada como ferramenta de gestão visando a avaliação e monitoramento do risco de mercado, garantindo previsibilidade ao fluxo de caixa e orçamento do ONS, e esteja alinhada com os objetivos estratégicos da organização.”

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Entidade efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	2023		2022	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado				
	Nível 2	46.327	46.327	33.737	33.737
Recursos de encargos de uso do sistema de transmissão	Custo amortizado	-	72.519	66.364	66.364
Contribuição dos membros associados	Custo amortizado	-	133	600	600
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	-	19.331	24.735	24.735
Arrendamentos	Custo amortizado	-	388.982	420.629	420.629
Instrumentos financeiros derivativos - hedge	Valor justo por meio do resultado abrangente	-	1.048	309	309

As políticas de gerenciamento de risco do ONS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Entidade está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos.

O ONS, através de seus procedimentos de gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

25. Instrumentos financeiros--Continuação

25.2 Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O ONS está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contudo todas as operações do ONS são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade dos juros sobre os equivalentes de caixa, utilizando as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Santander. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 e 3 correspondem a uma alteração de +/- 50 pontos-base nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -5%	Cenário III +5%
Ativo					
Aplicações financeiras	CDI	46.327	50.950	50.719	51.182
Efeito líquido			4.623	4.392	4.855
CDI (a.a.)			9,98%	9,48%	10,48%

LUIZ CARLOS CIOCCHI
Diretor-Geral

ALEXANDRE NUNES ZUCARATO
Diretor de Planejamento

ELISA BASTOS SILVA
Diretor de Assuntos Corporativos

MARCELO PRAIS
Diretor de TI, Relacionamento com Agentes
e Assuntos Regulatórios

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA
Diretor de Operação

MARCIO KENNEDY DE ALMEIDA
Gerente Executivo Financeiro

WILLIAM MANOEL SOUZA
Gerente de Controladoria
Contador responsável
CRC RJ-130165/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas ONS. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portalassinaturas.ons.org.br/Verificar/47A7-754E-18BF-CF3E> ou vá até o site <https://portalassinaturas.ons.org.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 47A7-754E-18BF-CF3E



Hash do Documento

E9650ACB0233695EF7180061C532115F28F4D0AAD4B99F98596A452D9A60E470

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 07/03/2024 é(são) :

- Luiz Carlos Ciocchi (Signatário) - 374.232.237-00 em 07/03/2024
19:21 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Alexandre Nunes Zucarato - 268.834.788-84 em 07/03/2024
18:08 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Christiano Vieira Da Silva - 866.429.794-00 em 07/03/2024 14:31
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Elisa Bastos Silva - 990.765.601-10 em 07/03/2024 12:46 UTC-
03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcio Kennedy De Almeida - 692.064.306-53 em 07/03/2024
12:35 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Marcelo Prais - 810.878.377-15 em 07/03/2024 12:20 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- William Manoel Souza - 034.433.837-18 em 07/03/2024 12:18
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

